

MP do ajuste é aprovada

■ Governo promete cargos ao PTB e adia o fim do DNOCS para garantir a vitória

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O governo conseguiu aprovar ontem, em sessão do Congresso Nacional, a medida provisória que altera o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e permitirá, segundo as previsões, arrecadação adicional de R\$ 5,4 bilhões, peça importante do ajuste fiscal. Depois de um dia de negociações, a medida foi aprovada por 355 votos a favor, 113 contra e duas abstenções na Câmara dos Deputados. No Senado, o resultado foi 61 votos a favor e 11 contra.

Os governistas temiam que a crise deflagrada com a saída de Gustavo Franco da presidência do Banco Central refletisse na votação das quatro medidas provisórias que estavam na pauta. Ministros e lideranças partidárias participaram de reuniões para detectar focos de rebelião e convencer parlamentares a votar a favor das medidas.

A ordem do Palácio do Planalto era aprovar as medidas para dar uma resposta ao mercado financeiro interno e externo. Os governistas procuraram, então, minimizar a saída de Gustavo Franco, argumentando que a indicação de Francisco Lopes para o Banco Central é uma sinal de que as taxas de juros vão baixar.

“O ministro Pedro Malan me telefonou hoje cedo e disse que o alargamento da banda cambial vai

ajudar na queda dos juros”, disse o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), logo de manhã cedo. “Temos de dar uma sinalização ao mercado interno e externo. A determinação hoje é para fechar os olhos e votar”, declarou o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE).

Rebelião – Para garantir a vitória na votação das quatro medidas provisórias, os governistas tiveram que controlar focos de rebelião no Congresso. O PTB, que ameaçava votar contra o governo, recebeu a garantia de que em fevereiro terá cargos no segundo escalão. A bancada do Nordeste, irritada com a extinção do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), conseguiu garantir sobrevida de três meses para o órgão.

Os governistas também tiveram sucesso no entendimento com deputados da bancada do PMDB de Minas Gerais, que ameaçam votar contra em solidariedade ao governador Itamar Franco.

A primeira bancada a se reunir foi a do PMDB. Logo cedo, o presidente do partido, senador Jader Barbalho (PA) se encontrou com os ministros pemedebistas – Eliseu Padilha (Transportes) e Renan Calheiros (Justiça) – para discutir as reivindicações dos parlamentares. Os vice-líderes do partido ficaram encarregados de conversar com os deputados

do PMDB mineiro, para demovê-los da intenção de votar contra o governo. “Vamos ter apenas as tradicionais dissidências”, garantiu o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima.

Muniado de planilhas com o mapeamento dos votos do PMDB, Padilha passou parte do dia na Câmara para atender pedidos de parlamentares. A bancada de Goiás reivindicava a liberação de verbas, no valor total R\$ 12,3 milhões, para o término de rodovias.

Padilha negou que estivesse negociando a liberação de verbas, mas no fim da tarde de ontem se encontrou com o governador de Goiás, Marconi Perillo.

Ao mesmo tempo, o secretário de Políticas Regionais, Ovídio de Angelis, e o secretário de Relações Institucionais, Eduardo Graeff, recebiam parlamentares da bancada do Nordeste no Palácio do Planalto. Os deputados nordestinos ficaram irritados com a extinção do DNOCS. O governo quer dar um prazo de 90 dias para que o DNOCS seja extinto e substituído por outro órgão. Mas a bancada reivindica 120 dias.

O líder Inocêncio Oliveira disse que, das 50 obras hoje catalogadas no Nordeste, o DNOCS já concluiu 18 e 32 estão em andamento. “Esperamos que o governo tenha sensibilidade e ressuscite o DNOCS”, disse o deputado Ivandro Cunha Lima (PMDB-PB).

O governo também conseguiu contornar a rebelião na bancada do PTB, que ameaçava votar contra as medidas provisórias em represália à demora do presidente Fernando Henrique em nomear integrantes do partido para o segundo escalão.

“O PTB vai votar com o governo, mas não abdica de pleitear cargos no segundo escalão. Essa reivindicação, no entanto, foi adiada para próxima legislatura que começa em fevereiro”, afirmou o líder do PTB na Câmara, deputado Paulo Heslander (MG).

CPMF – Paralelamente às negociações por cargos e verbas, o governo também foi obrigado a negociar o conteúdo das medidas provisórias para garantir sua aprovação. Ficou acertado que o artigo 14 da medida provisória do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas será revogado quando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) estiver novamente em vigor. O artigo proíbe a dedução do cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido das despesas financeiras e dos juros sobre o capital próprio.

O ministro da Saúde, José Serra, também atendeu ao lobby das indústrias e do comércio farmacêutico e de alimentos. Em março, o presidente Fernando Henrique vai baixar nova medida provisória, reduzindo o valor das taxas de fiscalização e de registro de produtos farmacêuticos.

O QUE FOI VOTADO

IR DAS EMPRESAS

Considerada a mais polêmica, a medida provisória alterou o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e foi aprovada sem alterações. Mas o governo se comprometeu em modificar o conteúdo da medida assim que a CPMF entrar em vigor. Os empresários estavam contra o artigo que proíbe a dedução na Contribuição Social sobre Lucro Líquido das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e os ju-

ros remuneratórios do capital próprio. Esse artigo vai vigorar somente este ano. A medida, que aumenta também o IPI para os carros importados, representará mais R\$ 5,4 bilhões para o governo.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e aumenta as taxas de fiscalização e registro de produtos na nova agência. O governo foi obrigado a ceder ao lobby das indústrias de

produtos farmacêuticos e de alimentos e se comprometeu a reduzir o valor das taxas. Segundo o ministro da Saúde, José Serra, o presidente Fernando Henrique deverá assinar, em março, uma outra medida com os novos valores das taxas.

TAXAS DE JUROS

Altera a divulgação da taxas de juros de longo prazo, delegando ao Conselho Monetário Nacional a atribuição de regular livremente a periodicidade

da mudança da taxa. Vai permitir a redução da taxa dos empréstimos do BNDES ao setor produtivo.

CADE

Cria a taxa processual sobre processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os contribuintes, que são empresas de grande porte, terão de pagar R\$ 15 mil para processos de fusão e aquisições e R\$ 5 mil para consulta ao Cade.